

Programa de Governação Municipal dos Mosteiros 2012-2016

Agosto de 2012

INDICE

INTRODUCAO	3
VISAO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	4
Município de Compromisso Social, Economico e Cultural com as Pessoas	5
Município Inclusivo	5
Município de Igualdade, Equidade e Harmonia Social	5
Município com Crescimento Sustentável	5
OBJECTIVOS ESTRATEGICOS DO PROGRAMA	6
Redução das Desigualdades e Aumento das Oportunidades	6
Aumento do Dinamismo Municipal	6
REESTRUTURACAO PARA A MATERIALIZACAO DOS OBJECTIVOS ESTRATEGICOS	7
Políticas Municipais sobre os Direitos e Deveres dos Municípios	7
Ordenamento Municipal e Saneamento Básico e Ambiental.....	7
Gestão Camarária Moderna, Transparente e Competente	8
Novo Modelo de Gestão e de Financiamento	9
Turismo, Cultura e Tecnologia como Factores de Desenvolvimento	10
Transporte de Qualidade e Boa Comunicação	10
Agricultura e Pecuária.....	11
Pesca	11
Comercio.....	12
Pequenas Industrias.....	12
Educação e Saúde	12
Habitação	13
Emprego e Formação Profissional	13
Desporto e Activismo Juvenil.....	14
Energia	14
TERRITORIALIZACAO DO PROGRAMA DE GOVERNACAO MUNICIPAL DOS MOSTEIROS..	15
Sub-região Sul do Município	15
Sub-região Litoral.....	15
Sub-região Alta-Centro	16
Sub-região Alta-Norte.....	16
COOPERACAO DESCENTRALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO	16
MISSAO DA EDILIDADE	17
EM CONCLUSAO	18

I. INTRODUÇÃO

O Município dos Mosteiros é *sui generis* no cômputo dos 22 municípios de Cabo Verde. Considerado, por uns, como um dos municípios mais pobres do país e, por outros, como um dos com mais potencial de desenvolvimento, a atual Câmara Municipal dos Mosteiros posiciona-se por um diagnóstico de municipalidade a crescer e com ainda enormes desafios socioeconómicos a vencer.

Em verdade, o Município dos Mosteiros não tem ainda resolvido todas questões básicas, sobretudo nos domínios de combate à pobreza e do desemprego, de planeamento dos aspetos físicos e territoriais e a disponibilização de infra-estruturas básicas, embora tenha já aprovado o Plano Diretor Municipal e 2º Plano Urbano Detalhado, dois instrumentos fundamentais do planeamento municipal.

Ainda não se tem uma economia social forte e a iniciativa empresarial privada continua tímida. Em face do não incremento de um programa de rendimento e do emprego autónomo, mantêm-se elevadas as dependências ao emprego público e aos apoios dos governos local e nacional. Não havendo ainda uma política ativa de fixação de quadros, persiste uma enorme carência de quadros qualificados para os vários serviços públicos e algumas iniciativas empresariais mais dinâmicas. A pobreza, mercê da elevada taxa de desemprego, da falta do empreendedorismo, do analfabetismo ainda prevaiente e da baixa produção agrícola, tem contribuído para um precário quadro da qualidade de vida da maioria da população. Diante de tudo isso, é propósito da atual governação autárquica apostar na inversão deste quadro.

Por conseguinte, a governação municipal entre 2012 e 2016 irá colocar acento tónico no incremento dos fundamentais do desenvolvimento municipal, que se traduzirão na melhoria da qualidade de vida dos munícipes e na criação dos fatores do desenvolvimento socioeconómicos dos Mosteiros.

Consubstancia-se este Programa de Governação Municipal dos Mosteiros 2012-2016 em dois documentos dorsais, nomeadamente no Plano

Estratégico para o Desenvolvimento dos Mosteiros (PEDM), estudo diretor sobre a visão do desenvolvimento municipal até 2020, e no Plano Director Municipal (PDM), subsidiados por planos correlatos, quais sejam o Plano de Ordenamento do Território, o Plano Urbanístico, o Plano Ambiental Municipal e o Plano Sectorial, bem como as recomendações saídas do Fórum sobre o Desenvolvimento dos Mosteiros.

Estriba-se igualmente o Programa de Governação Municipal dos Mosteiros 2012-2016, nos indicadores sociais do município, dados atualizados pelo último QUIBB CV e nas metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), delineadas pelas Nações Unidas, as quais Cabo Verde se posiciona para globalmente cumprir.

E aponta-se o Programa para os fundamentais da Agenda de Transformação de Cabo Verde, em curso deste 2001, especialmente nos aspetos concernentes ao crescimento e à competitividade do País, com responsabilidade social e ambiental, responsável para o atual estatuto de Cabo Verde como País de Rendimento Médio. *Mutatis Mutandis*, preconiza-se que no horizonte de 2016, os Mosteiros sejam um município de rendimento médio, em conformidade com o País.

II. VISAO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Para se elaborar o Programa de Governação Municipal dos Mosteiros 2012-2016, tivemos de questionar e responder, em franco diálogo com as populações sobre a nossa visão do desenvolvimento municipal, cuja plataforma (ver anexo) sufragámos aquando da eleição autárquica de 2012.

1. Município de compromisso social, económico e cultural com as pessoas

A Câmara Municipal que defendemos deve ser uma instituição fortemente comprometida com o bem comum, que governe com seriedade, com competência, com excelência, com sensibilidade social e se assuma como fomentadora, facilitadora e articuladora do desenvolvimento local, nos diversos domínios (económico, social e cultural) e enquadrada num sistema de redes de parceiros locais, composta por empresas, organizações da sociedade civil, ordens e associações profissionais, entre outros.

2. Município inclusivo

O conceito de “inclusão municipal” estará sempre presente na concretização das nossas propostas, nas suas várias escalas de intervenção (ordenamento municipal, geração de uma economia dinâmica e forte ação social). As nossas prioridades são as pessoas, destacando-se segmentos da infância, da mulher, da terceira idade e da diáspora.

3. Município de igualdade, equidade e harmonia social

A acessibilidade, mobilidade, segurança e qualidade dos transportes públicos contribuem para a igualdade, equidade e harmonia social. Investimentos estruturantes e intervenções simples serão executados para transformar completamente os padrões de vida no Município dos Mosteiros.

4. Município com crescimento sustentável

Incentivaremos o investimento em energias alternativas renováveis, adotaremos medidas para modernizar a recolha e tratamento do lixo e traremos soluções ecológicas amigas do ambiente, em prol de um modelo positivo de crescimento sustentável.

III. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA

Este Programa de Governação Municipal dos Mosteiros 2012-2016 persegue os seguintes objetivos estratégicos:

1. Redução das desigualdades e aumentar as oportunidades

Através das políticas municipais de integração social e económica dos bairros; pela massificação do acesso aos bens básicos como habitação, água potável canalizada, casas de banho e rede de esgotos, saneamento, eletricidade, cuidados primários de saúde e educação pré-escolar e básica; pelo acesso ao emprego e ao rendimento através de políticas municipais de formação profissional e de promoção e incentivo do empreendedorismo, dirigidos essencialmente aos jovens, às mulheres, à terceira idade e aos emigrantes.

2. Aumento do dinamismo municipal

Através do fomento e da facilitação da atividade económica e cultural e das políticas, administração e investimentos municipais; pelas oportunidades de investimento privado nos diversos sectores de atividade económica (serviços, cultura, turismo, comércio, indústria); pelo aumento significativo do acesso à produção de bens e serviços por parte da população apoiando e orientando a sua energia criativa e empreendedora; e pela criação de uma cultura mais dinâmica de prestação de serviços.

IV. REESTRUTURAÇÃO PARA A MATERIALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Políticas municipais sobre os direitos e deveres dos munícipes

Reformular o quadro dos direitos e deveres dos munícipes quanto à postura municipal, com direção ao (1) combate à poluição sonora, velando pela paz e sossego noturnos; (2) ao combate à agressão à Cidade com lixos, plásticos, detritos humanos, sólidos e líquidos, criando, paralelamente, condições em infraestruturas que podem e devem ser utilizadas; (3) sancione a embriaguez na via pública, a desordem e o atentado ao pudor público e à moral pública; (4) reforce a autoridade e a imposição de sanções contra atos de violação dos regulamentos e do código de postura municipal.

2. Ordenamento municipal e saneamento básico e ambiental

- a. Assumir a salubridade ambiental como um dever e direito de todos, indispensável à segurança sanitária, à melhoria da qualidade de vida dos munícipes e à atracção e promoção de actividades económicas e investimentos empresariais no Município.
- b. Definir um sistema de gestão e de redes de drenagem das águas pluviais como elementos fundamentais do ordenamento do Município e da protecção civil.
- c. Saneamento básico e salubridade

- d. Fazer dos Mosteiros um Município exemplarmente limpa. Resolver o problema do saneamento básico, com destaque para o abastecimento de água, a recolha dos efluentes e dos resíduos sólidos.
- e. Atuar de forma eficaz sobre os fatores que determinam um deficiente estado de salubridade ambiental, nomeadamente:
- Contratualizar com o Governo e com a Electra um programa que facilite, do ponto de vista financeiro e operacional, o acesso das famílias de baixo rendimento à água canalizada, à energia e à rede de esgotos;
 - Massificar o acesso das famílias a casas de banho;
 - Investir na rede de sanitários e pô-los a funcionar em condições de higiene;
 - Implementar uma política eficaz de comunicação para a promoção da salubridade ambiental, em parceria com escolas, associações comunitárias e organizações de defesa do consumidor.
- f. Apoiar a criação dos locais de venda ao público de produtos alimentares e atuar sobre a circulação e criação de animais fora das zonas destinadas e apropriadas. Mais efetiva utilização de matadouros e talhos municipais.
- g. Criar um sistema adequado de tratamento de águas residuais;
- h. Implementar projectos de extensão da rede pública de abastecimento de água e de ligações domiciliárias;

3. Gestão camarária moderna, transparente e competente

Promover uma cultura de serviço na Câmara Municipal, com a simplificação das rotinas de trabalho e do processo decisório, adoção de mecanismos de decisão capazes de reduzir ao mínimo o tempo entre a entrada de um pedido e a respectiva resposta.

Uma das primeiras ações da governação incidirá na criação do Provedor Municipal e na Ouvidoria Municipal, entidades da sociedade civil mosteirense com a responsabilidade de advogar os direitos dos munícipes junto à Câmara Municipal e que fará o ponto da situação da gestão camarária aos olhos dos munícipes em cada sessão da assembleia municipal, em período antes da ordem dos trabalhos. Em articulação à Câmara Municipal, estas entidades irão articular a sociedade mosteirense no processo decisório e na gestão da coisa pública como forma de tornar mais eficaz e efectiva as decisões e actuações.

A Câmara Municipal irá zelar pelo equilíbrio entre a reactividade e a proatividade na actuação enquanto autoridade local. Primar pela boa ponderação na tomada de decisões para evitar situações susceptíveis de serem confundidas com actos de discriminação e ou clientelismo. E publicitar as contas municipais e os principais actos de gestão do município.

4. Novo modelo de gestão e de financiamento

- a. Definir um modelo de gestão e financiamento, criando e promovendo a criação de condições para a implementação de um regime de concessão dos serviços de limpeza urbana, recolha e tratamento do lixo a empresas privadas.
- b. Dotar os Mosteiros de um enquadramento favorável ao investimento e à atividade empresarial, a nível da oferta de serviços municipais de qualidade, da segurança jurídica, da fiscalidade municipal, da promoção de negócios, a infraestruturação municipal e de outras políticas públicas municipais que concorram para a redução dos elevados custos de contexto atuais.
- c. Promover parcerias público privadas num quadro de convergência de interesses, transparência de processos e de procedimentos, de confiança, credibilidade e partilha de riscos.
- d. Canalizar e fazer convergir as forças sociais - empresas, organizações da sociedade civil, individualidades - para a construção de um Município competitivo e inovador – para a construção de um Município que tem a transformação como agenda.

5. Turismo, Cultura e Tecnologia como fatores de Desenvolvimento

Assumir Turismo, Cultura e Tecnologia como setores estratégicos do desenvolvimento municipal e implementar medidas para o melhor desempenho destes setores. Melhoria de infraestruturas turísticas. Criação de meios de diversão para os turistas.

Promoção de uma agência de turismo na Câmara Municipal. Formação de operadores e agentes turísticos.

Desenvolvimento do projeto Museu do Café do Fogo, com a rede museológica nacional e integrado nas rotas e roteiros turísticos a nível dos Mosteiros e da ilha do Fogo.

Criação de um centro cultural e de uma escola de artes e ofícios no município. Fomento da produção do artesanato tradicional. Dinamização de grupos culturais.

Aumento exponencial do nível de uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Adesão ao Programa Internet para Todos.

Criação de um clube náutico e de uma marina na municipalidade, em parceria com investidores privados.

Definição de uma Agenda Cultural para o Concelho, capaz de criar uma forte dinâmica cultural no município, bem como potenciar uma melhor exploração das nossas especificidades culturais (artesanato, dança, música, teatro e manifestações folclóricas). Em articulação ao Governo, alargar a rede das casas de cultura a todas as localidades da municipalidade.

6. Transportes de qualidade e boa comunicação

Ao nível dos transportes, melhorar as condições de acessibilidade, segurança. Regular e melhorar os serviços de autocarros, táxis e outros meios de transportes com fins comerciais. Melhoria da qualidade da estrada de ligação com os restantes municípios do país. Construção da via

Sumbango/São Miguel e construção da estrada que liga Achada Maurício Chã das Caldeiras e Campanas de Cima. Construção de estradas de penetração e ramificação a partir do anel rodoviário do Fogo. Industrializar a empresa «FAST FERRY» no alargamento da conexão marítima entre Fogo e outras ilhas. Dinamizar a empresa intermunicipal Aguabrava e torná-la rentável. Continuar a dialogar com o Governo para a criação do Aeroporto Internacional do Fogo em São Filipe e a continuar a melhoria do Porto de Vale dos Cavaleiros, bem como a construção do Porto da Baía do Corvo.

7. Agricultura e Pecuária

Maior enquadramento junto aos programas governativos de apoio ao desenvolvimento rural. Intervenção mais ativa ao programa MCA. Fomentar a produção do café e de frutas diversas. Aperfeiçoar mecanismos apoio sobre os terrenos para a agricultura em parceria público-privada. Melhoria de escoamento dos produtos. Aumento de água na zona alta. Fomento e capacitação para o agronegócio. Formação para agricultores e criadores de gado. Alargamento de campos de irrigação e de pastagem. Criação de espaços próprios para a criação de espécies como o suíno e o ovino. Negociar com o governo um novo conceito de gestão dos terrenos do estado (Baleia, Achada Igreja em Ribeira do Ilhéu e Matinho).

8. Pesca

Instalação de máquina de gelo e de arcas para a conserva do pescado. Aumento de crédito e de capacidade financeira dos pescadores para a aquisição de equipamentos de pesca. Construção. Melhoramento dos acessos aos portos de pesca e a criação de um cais de pesca. Operacionalizar a associação capaz de defender os direitos e interesses dos pescadores. Incentivar e apoiar os pescadores na busca de créditos para a Criação da Loja do Pescador.

9. Comércio

Conectividade empresarial e comunicação mais direta e mais regular com as restantes ilhas do país. Aumento da ligação marítima direta com ilhas de dinâmica turística. Exportação dos produtos dos Mosteiros para a rede hoteleira nacional.

Criação da marca *Made in Mosteiros* e o dístico promocional *I Love Mosteiros*, com vista a ativar a visibilidade da municipalidade e atrair investimentos e empreendimentos.

Criar de espaços comerciais públicos. Promover a auto-organização dos comerciantes para melhor desenvolverem as suas actividades. Institucionalização de feiras comerciais, especialmente voltada para a agropecuária, pescas e cultura.

10. Pequenas indústrias

Alargamento de pequenas unidades industrial relacionadas com a agricultura, pecuária, pesca e construção. Desenvolvimento da indústria do camarão, das conservas pesqueiras e de frutas, bem como da produção mais alargada do vinho e licor local. Incentivos à criação de empresas no setor industrial.

Priorizar a criação de unidade fabris de processamento, conservação e transformação de produtos agropecuários e de pesca. Criar a Casa do Fogo, em articulação com outras edilidades das ilha.

11. Educação e Saúde

Albergar todos os níveis do Ensino Secundário e Técnico-Profissional nos Mosteiros. Perseguir os objetivos de construção e de inauguração do liceu de Queimada-Trás. Erradicação, em parceria com o Governo, da taxa de analfabetismo. Fomento do investimento privado na área do ensino. Parceria para a criação da CESP, ensino superior profissionalizante nos Mosteiros. Redefinição de políticas de apoio aos diversos níveis de ensino, através da atribuição de subsídios e criação de redes de equipamentos

modernos. Articulação do Centro de Saúde com o Hospital Regional do Fogo.

Aumento do pessoal médico no concelho dos Mosteiros. Atendimentos desconcentrados nas localidades. Criação de condições favoráveis a uma boa saúde pública. Cooperação com as autoridades sanitárias para a criação de melhores condições de prestação dos serviços de saúde no município.

Colaborar com as autoridades e instituições educativas sediadas no concelho para a elaboração do Programa Educativo do Concelho, com vista à promoção e ao fomento da qualidade educativa local.

12. Habitação

Adesão mais dinâmica e efetiva ao Programa Casa para Todos. Criação do programa municipal de Casas Sociais. Continuar como membro do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. Restauro das casas das famílias carenciadas. Requalificação das casas no centro da Cidade dos Mosteiros. Projeto Cada Casa uma Casa de Banho. Aumento da capacidade financeira da Câmara Municipal para fazer face aos problemas habitacionais. Fomento para a atração das empresas imobiliárias no município e criação de crédito habitação disponibilizadas pela banca, através de assinatura de protocolo com o banco social.

13. Emprego e formação profissional

Ativação de um forte programa de empreendedorismo, com incidência no empreendedorismo jovem e da mulher. Promoção, em parceria com o Banco Social, do Microcrédito de micro e pequenas empresas com o selo do «interesse municipal». Criação de uma janela de investimento externo no Município, reprogramando o Gabinete Observatório Economico e Social, com incidência no investimento do emigrante. Atração do sector da construção e da imobiliária para o Município. Mais capacitação e treino para a empresarialização dos setores produtivos do Município. Criação de uma empresa Municipal ligada ao apoio aos empreendimentos municipais. Capacitação das pessoas para as indústrias criativas, turísticas e agropecuárias.

Criação de um Fundo Financeiro Municipal, em parceria com potenciais operadores económicos e parceiros financeiros e a própria sociedade civil (residente e na diáspora) para a promoção e o fomento de iniciativas empreendedoras.

Reformular a política de formação profissional, procedendo, em primeiro lugar, ao recenseamento dos estudantes do concelho em formação (no país e na diáspora) e, em segundo lugar, renegociar novas vagas para as áreas que se afiguram estratégicas para o desenvolvimento do concelho. Adotar mecanismos de seguimento dos estudantes em formação profissional em Portugal.

14. Desporto e Ativismo juvenil

O desenvolvimento do desporto é uma das prioridades, não apenas pela saúde e higiene social que cria, mas também pelo ativismo juvenil que promove. Aumentar polivalência dos polidesportivos nas 16 localidades do Município introduzindo o atletismo, o basquetebol e o andebol. Criar jogos escolares e inter-localidades. Desenvolver campeonatos de vários desportos. Introduzir desportos náuticos. Incentivar a criação de escolas de iniciação desportiva em todas as modalidades; colaborar com as autoridades desportivas nacionais e regionais para a criação da Região Desportiva no Concelho. Criar infra-estruturas para a prática do desporto (marcha e ginástica aeróbia).

15. Energia

Criação de um sistema energético moderno e eficaz, capaz de garantir uma provisão adequada às necessidades de produção de bens e serviços, facilitando o processo de crescimento e a competitividade da economia local. Prioridade para a produção das energias solar e eólica em alternativa à energia produzida através do combustível. Introdução de melhorias na produção e distribuição de energia eléctrica na Zona Norte do município. Alargamento da rede pública de fornecimento de energia eléctrica a todos os povoados do município. Criação de melhores condições de iluminação pública em parceria com a Eletra. Aumentar ligações domiciliárias de energia eléctrica.

V. TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNAÇÃO MUNICIPAL DOS MOSTEIROS

1. Sub-Região Sul do Município

Para as localidades de Corvo, Achada Grande e Relva, para além das mudanças transversais no todo municipal, propõe-se forte investimento nos sectores da agricultura, da pecuária e da pesca. A Municipalidade continuará a apelar pela construção do Porto de Baía do Corvo, que trará centralidade para o desenvolvimento sub-regional. Igualmente, vias de acesso para Achada Grande, Covo e Relva serão consideradas a partir do ramal do Anel Rodoviário do Fogo, bem como o reordenamento da Orla Costeira, que abrange a área de Relva a Mosteiros Trás, com tónica na mobilidade dos munícipes e do fomento turístico local.

2. Sub-Região Litoral

Para as localidades de Mosteiros Trás, Igreja, Queimada Guincho, Sumbango, Murro e Fajãzinha, orienta-se a Câmara Municipal para a criação de uma escola profissional, as atividades de empreendimento empresarial e turismo. O PDM já contempla a área para o ordenamento da vasta orla municipal para a recriação de centralidades geradoras de rendimento.

2.1- A antiga Vila de Igreja hoje Cidade dos Mosteiros, agora com a Biblioteca Municipal e o Auditório Municipal, será o centro cultural e turístico dos Mosteiros. Será construído o museu temático de café e um centro pedonal para a realização das feiras comerciais e culturais. A Orla Costeira, da Cidade dos Mosteiros até Cutelo Laranja, será requalificada com infraestruturas hoteleiras, de restauração e de entretenimento, a partir de um projeto de imobiliária turística com investimento externo.

2.2. Queimada Guincho/Sumbango - O antigo aeródromo será proposto para Centro Regional de Proteção Civil modelo a nível de Cabo Verde, dando nova centralidade de Queimada Guincho/Sumbango. Propõe-se a criação de áreas verdes com pavimentação ao longo da Orla Marítima.

3. Sub-Região alta - Centro

Para as localidades de Cutelo Alto, Pai António, e Feijoal, a governação camarária dará prioridade aos setores do turismo, agricultura, e pecuária. A estrada de Pai António a Cutelo Alto será requalificada com infraestruturas para a agricultura, pecuária e turismo, em articulação de roteiro desconcentrado com o Museu do Café. Instâncias turísticas serão construídas em Monte Velha em articulação com o MDR. Nesta sub-região Alta-Centro daremos atenção especial ao fomento da fruticultura, cafeicultura, em estreita articulação com o Ministério do Desenvolvimento Rural.

4. Sub-região Alta- Norte

Para as localidades de Ligeirão, Rocha Fora, Ribeira ilhéu e Atalaia, o grande investimento será nos setores da agricultura (cafeicultura e fruticultura, sobretudo), da pesca e do turismo. Igualmente, serão beneficiadas com a requalificação florestal do Monte Velha, a partir da localidade de Achada Maurício.

VI. COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO

Promover, sem perda da autonomia municipal, um novo Pacto com o Governo de Cabo Verde, através de maior responsabilização do Estado

face ao desenvolvimento local do Município. Candidatar Mosteiros para projetos pilotos de Internet para Todos e as 100% energias renováveis, bem como desafiar o Governo para a co-responsabilidade do cabal cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio nos Mosteiros.

Orientar a Câmara Municipal dos Mosteiros para a política de geminação para o conceito de parceria estratégica orientada numa perspetiva estruturante de desenvolvimento institucional, económico, cultural e social do Município. Alargar as geminações para os municípios dos Países da CPLP e das ilhas da Macaronésia, bem como intensificar cooperação externa com municípios da China e dos Estados Unidos da América.

Orientar a Câmara Municipal dos Mosteiros para a política de geminação com alguns municípios nacionais, com incidência com as Câmaras de São Filipe e de Santa Catarina, na perspetiva da criação efetiva da região de desenvolvimento do Fogo. Considera-se importante a criação de algumas empresas intermunicipais a nível do Fogo, nomeadamente nas áreas de transportes, das energias e da promoção empresarial da ilha.

VII. MISSÃO DA EDILIDADE

A Presidência do Município deve estar atenta aos objetivos fundamentais.

A Edilidade estruturará o seu executivo municipal para o cumprimento das seguintes metas, no horizonte 2012-2016:

1. Definição de uma política de desenvolvimento sustentável do município;
2. Redução do desemprego e da pobreza;
3. Forte ação social, com incidência na infância, juventude, e terceira idade
4. Promoção ativa da igualdade e da equidade do género
5. Promoção da rentabilidade das atividades económicas;
6. Criação das atividades geradoras de rendimento e emprego;

7. Elevação do nível e da qualidade de vida dos mosteirenses, com atenção especial às crianças, aos idosos e aos emigrantes;
8. Incremento do investimento público no município;
9. Incremento do investimento privado nacional e estrangeiro;
10. Fixação no município de quadros qualificados;
11. Desconcentração dos serviços municipais pelas sub-regiões Sul, Litoral-Sul, Zona Alta-Centro e Zona Alta Norte;
12. Aumento a capacidade de cobrança de receitas municipais;
13. Promoção do saneamento básico e da qualidade ambiental;
14. Intensificar o Orçamento Participação e políticas de cidadania local
15. Criação das indústrias culturais

VIII. EM CONCLUSÃO

Espera-se levar Mosteiros, durante o exercício governativo autárquico, à categoria de município com ordem, autoridade e responsabilidade, principal alavanca do desenvolvimento socioeconómico da região.

Com este Programa de Governação, a Câmara Municipal, pretende atingir patamares avançados de desenvolvimento, com base numa transformação profunda da sociedade e no reforço, na mudança e na reorganização do processo produtivo local, de modo a melhor garantir o bem-estar social individual e coletivo da sua população.

Defendemos que tal desiderato só será possível pela construção de uma sociedade dinâmica, justa, segura, participativa e equilibrada, respeitadora dos direitos dos munícipes e pela criação no município, de um tecido económico forte e dinâmico, assente numa base produtiva sólida, sustentável e geradora do emprego e rendimento.